

Uma Agenda Política Nacional para o Futuro: Orçamento Participativo

Os caminhos para o futuro com melhor qualidade de vida nas cidades, metrópoles e consórcios regionais, segundo pesquisa qualitativa apresentada no Congresso Internacional sobre o Desafio da Inovação na Gestão de Cidades, realizado em maio/2006 na cidade de Vitória/ES, passam pelo planejamento estratégico, pelos Planos Diretores Urbanos, em soluções para o transporte coletivo via investimentos no setor, na exploração de vocações econômicas sem exaurir os recursos naturais, na otimização de recursos municipais e de parcerias horizontais, com outros níveis de governo e com instituições privadas, dentre outras.

Porém, segundo os próprios pesquisadores, todas as ações para melhorias urbanística, econômica e social das cidades somente atenderão ao princípio da eficiência se houver participação efetiva de todas as camadas da população, o que geraria melhor distribuição de renda e equipamentos públicos, e otimizaria os resultados dos programas e projetos de governo com co-responsabilidade dos cidadãos. Ações assim, evitam conflitos sociais, como ocorreu na França no início do ano passado.

Para o Brasil e para o Rio de Janeiro, somente através de mudanças culturais da política tradicional, via uso responsável do dinheiro público, capacitação de políticos, técnicos, lideranças informais e lideranças populacionais, da fiscalização rigorosa através da participação dos cidadãos na administração pública e da transparência das contas públicas, é que todos sairão ganhando. Ganha a população, que terá suas prioridades atendidas. Ganha o Poder Público, com a maximização do atendimento

daquelas prioridades com os recursos escassos, mas disponíveis. Dentre todas as experiências inovadoras em gestão de cidades existentes hoje, o Orçamento Participativo - OP, cujas experiências já foram testadas no Brasil, no Uruguai, na Argentina, em algumas cidades Européias, dentre outras, é a que melhor atende, de maneira democrática, os pressupostos discriminados anteriormente.

Um novo ciclo de expansão do OP só será possível no Brasil, se o seu significado for profundamente modificado: de um instrumento publicitário pertencente a uma corrente partidária, o PT, que nem foi o pioneiro na prática desta inovação; para um instrumento de ativação da cidadania, de valor universal e pluripartidário. Se os argumentos de tal expansão tiverem como base a discussão crítica e a argumentação técnica, e não o âmbito ideológico partidário.

Os ganhos? Veremos no uso dos recursos públicos, na inclusão política e social, na participação popular na gestão da coisa pública, no fortalecimento da democracia e da soberania do cidadão, e principalmente, nos impactos positivos na convivência nas cidades, com suas diferenças e peculiaridades históricas, geográficas, econômicas e culturais.

Uma grande idéia seria a de que o Rio de Janeiro capital deva ser por suas peculiaridades histórico-democráticas, um dos alavancadores e multiplicadores desta prática metodológica, adicionando contribuições de experiências nacionais e internacionais ao tema.